

Governo Lula avalia ampliar influência na Eletrobras

PÓS-PRIVATIZAÇÃO

DE OLHO NA ELETROBRAS

Novo governo busca elevar influência na empresa. Analistas veem risco de judicialização

MANOEL VENTURA E JOÃO SORIMA NETO economis@oglobo.com iv Bassius siopano

O governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia aumentar o poder de influência sobre a Eletrobras, que foi privatizada em junho. A União ainda detém 42,7% das ações da empresa, considerando não sóa sua própria fatia, como também as de BNDES e BNDES PAR. A intenção de ampliar seu poder de interferência na companhia consta no relatório final do grupo de Minase Energia da transição, obtido pelo GLOBO.

Mesmo com mais de 40%

Mesmo com mais de 40% do capital, naprática, a lei limita a 10% o poder de veto de qualquer acionista ou grupo de acionistas, independentemente da participação acionária. Isso acontece porque com a oferta de ações no mercado que viabilizou a privatização, a Eletrobras se tornou uma corporação, uma companhia sem controlador definido, com ações listadas nas Bolsas de São Paulo, Madri e Nova York.

São Paulo, Madri e Nova York.
"Inquieta e deve ser foco de atenção a perda por parte da União da possibilidade de influenciar os rumos da Eletrobras apesar de continuar sendo o maior acionista da empresa", afirma o relatório. O texto acrescenta que a União perderá o poder de influenciar os rumos da empresa de forma proporcional às ações que detém, o que pode implicar em prejuízo para a União E recomenda: "analisar a viabilidade econômica, jurídica e política da adoção de medidas que permitam que a União tenha voto proporcional ao

número de ações ordinárias".

Para analistas, se o governo levar adiante a recomendação do relatório, estaria violando não só as políticas de governança da empresa, mas também a segurança jurídica, afugentando investidores internacionais. Além disso, abriria espaço para uma leva de ações judiciais de investidores minoritários que poderiam se sentir enganados após a pulverização do controle da empresa, avaliam advogados especializados em Direito Societário.

ADIARASSEMBLEIAS

Ogrupo quer solicitar à administração da Eletrobras a postergação de assembleias até que "o novo governo tenha condição de avaliar se os interesses da União estão sendo preservados. E cita a necessidade de avaliar consequências do poder de mercado na mão de um único agente econômico privado.

Para angariar apoio no Congresso, a lei de privatização da Eletrobras determinou a contratação de 8 mil megawatts de energia por meio de termelétricas a gás natural, mas a maioria está prevista em regiões sem oinsumo. A equipe de transição calcula que isso representa custo adicional de R\$ 367,9 bilhões a serem pagos pelos consumidores e, em razão disso, busca alternativas legais para impedir essa contratação de energia. O documento põe em dúvida um ponto fundamental da privatização: o processo de mudança na forma como a empresa vende sua energia. Ao transferir a empresa ao setor privado, foi permitida uma mudança no modelo de remuneração da energia gerada pela companhia: sai de cena o preço fixo e entra o valor de mercado. O grupo de trabalho quer postergar esse calendário, o que afetaria o fluxo de caixa da empresa.

de caixa da empresa.

A alteração sugerida pela transição poderia ser feita por mudança na lei, por medida provisória ou projeto de lei. Além da fatia de 42,7%, a União ainda detém uma golden share, ação de classe especial

que permite ao governo vetar mudanças estratégicas. O advogado Pierre Moreau

O advogado Pierre Moreau lembra que a Eletrobras é concessionária de serviços públicos de energia elétrica. Portanto, o governo poderia evocar classulas da Lei Geral de Concessões, do estatuto e do acordo de acionistas, para justificar a interferência.

justificar a interferência.

— A União pode recorrer a esses 'superpoderes políticos' dagolden share para dizerque a empresa não está indo de acordo com interesses nacionais—diz Moreau, lembrando porém que, por se tratar de empresa de controle pulverizado, isso afetaria a governança da Eletrobras e abriria caminho para ações de minoritários

questionando seus direitos.

O advogado Gabriel de Britto Silva, especializado em direito societário, diz que se o
novo governo levar adiante a
recomendação, a conduta poderia ser configurada como
"gestão temerária, com elevado risco", sendo capaz de colocar em perigo a estratégia e a
saúde financeira da empresa:

— Representaria influência
e pressão indevidas, violando

— Representaria influência e pressão indevidas, violando frontalmente a segurança jurídica, o que seria péssimo não só para a Eletrobras, mas para opaís, quenecessita de investimento estrangeiro, e, ainda, para onovo governo, que já no início de mandato cairia em descrédito perante investido-res nacionais e internacionais.

DIREITO DE MINORITÁRIOS

Britto Silva observa que as assembleias são convocadas pelo Conselho de Administração, mas havendo pressão do governo sobre conselheiros e diretores executivos não seria impossível que fossem adiadas, prejudicando as decisões da companhia. Para o advogado, se o quadro se confirmar, aviolação de políticas de governança poderia ser denunciada à Comissão de Valores Mobiliários (órgão regulador do mercado brasileiro) e à Securities and Exchange Commission (regulador do mercado americano). Poderiam ser aplicadas sanções: advertência, multa e até suspensão dos papéis.

O advogado acrescenta que acionistas minoritários, que aplicaramo FGTS nasações da empresa em busca de um melhor rendimento, poderão se sentir "enganados" pela União ebuscar ressarcimento de possíveis prejuízos na Justiça.



No radar. Relatór jo da transição no Ministér jo de Minas e Energia sugere adjar assemblejas e postergar novo modelo de remuneração de energia, de valor de merc

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13